# A realidade sociocultural da região cacaueira no romance *Gabriela*, cravo e canela: confluências entre a história e a literatura

Paulo Roberto Alves dos Santos\*

Edilene da Silva Lima\*\*

#### Resumo

O presente estudo desenvolve-se a partir da análise de acontecimentos históricos ocorridos em Ilhéus e na região produtora de cacau do sul da Bahia, nas primeiras décadas do século XX, que aparecem em Gabriela, cravo e canela. A abordagem evidencia a forma como Jorge Amado transformou fatos noticiados por jornais locais e registrados por historiadores, analisando o diálogo entre literatura e história. Objetiva-se, a partir da identificação de ocorrências documentadas pela imprensa e por pesquisadores que são aludidas pela obra, examinar as relações de eventos e figuras que se destacaram na realidade socioeconômica da cidade e cercanias com episódios e personagens criados pelo escritor.

Palavras-chave: História da literatura. Literatura brasileira. Literatura e história. Literatura sul-baiana.

Data de submissão: abril de 2020 – Data de aceite: julho de 2020 http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v16i2.9273

Possui graduação em Letras pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências e Letras (1987), mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente, é bolsista PNPD/Capes da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde desenvolve pesquisa sobre a cultura de origem africana e suas relações com a literatura e a música brasileiras, em particular o samba. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: história da literatura, literatura brasileira, crítica literária, literatura e história e literatura sul-rio-grandense, literatura afro-brasileira, literatura e cultura, literatura e música. É membro do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Cultura: Encruzilhadas Epistemológicas, CNPq/UESC. E-mail: pauloroberto3031@uol.com.br

Mestranda em Letras: Linguagens e Representações na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, Espanhol e suas respectivas literaturas, pela UESC. Atuou como revisora de textos nesta mesma universidade, através do programa de estágio para alunos de graduação. Possui experiência docente nas áreas de Língua Portuguesa, Redação e Literatura Brasileira. E-mail: edilene.slima@hotmail.com

### Introdução

O romance Gabriela, cravo e canela, de Jorge Amado, conta a relação amorosa entre a retirante Gabriela e o árabe Nacib, ambientada na década de 1920, em Ilhéus, quando os lucros proporcionados pela lavoura de cacau projetavam o município, localizado ao sul da Bahia, ao posto de um dos principais centros econômicos do Brasil. A obra apresenta, além de episódios criados pela imaginação do autor, fatos associados aos costumes regionais, ao controle do poder político, com destaque para o autoritarismo dos coronéis, o moralismo de uma sociedade conservadora e acontecimentos significativos como a construção das primeiras rodovias, da ferrovia e a expansão do porto. Essas e outras realizações que contribuíram para o progresso da região, assim como pormenores do cotidiano político e social que aparecem no romance, foram noticiadas pelo Correio de Ilhéus e pela Gazeta de Ilhéus, jornais que circulavam na cidade à época.

Jorge Amado criou personagens e construiu um espaço ficcional que, simultaneamente, fazem alusões a problemas da realidade regional e a temas de interesse nacional que suscitavam debates no período em que a obra está ambientada e que foram determinantes para transformações que aconteceram no Brasil a partir da chamada Revolução de 1930. Ao modificar fatos noticiados por

jornais ou registrados pela historiografia, o escritor estabelece o distanciamento que distingue a realidade concreta do mundo da ficção, recorrendo a uma estratégia pela qual constitui dois planos em permanente interlocução: o entrecruzamento da literatura e da história. Essa estratégia se estabelece dentro de uma perspectiva em que as particularidades da região de Ilhéus podem ser associadas ao contexto nacional, suscitando reflexões que podem levar a questionamentos e à busca de novas perspectivas para compreender os fatos. Quando se tem presente que a obra foi publicada em 1958, percebe-se que os confrontos de ideias, os embates entre o moderno e o obsoleto e as reivindicações em favor da adesão a inovações tecnológicas que movem as ações dos protagonistas remetem a um futuro em relação ao tempo da ambientação da trama.

Nesse sentido, é possível especular que a narrativa ainda apresenta em uma de suas superfícies a projeção retrospectiva do Brasil durante a chamada Era Vargas, a partir da representação de situações que fazem referência ao processo de cisão das oligarquias rurais. Tal procedimento enriquece o romance, porque desperta a imaginação do leitor, permitindo associações e relações que podem se transformar em elementos fundamentais na medida em que ampliam as possibilidades de compreensão do mundo representado, o que ainda se

revela decisivo para a trama, uma vez que contribuem para a verossimilhança das ações. A constatação remete ao conceito de rastro, que, conforme Paul Ricoeur (1997, p. 209): "É um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica reconfigura o tempo. Ela o refigura construindo a junção que efetua o recobrimento do existencial e do empírico na significância do rastro".

Existem certas controvérsias quanto à inspiração de Jorge Amado em figuras que viveram em Ilhéus e em acontecimentos contados pelos moradores ou descritos em registros históricos, porém, é inegável que o autor se valeu de circunstâncias de uma realidade que conheceu de perto, pois a época retratada pela obra coincide com o período de sua adolescência, quando morou na cidade. Em vista disso, o romance desperta a disposição para confrontar elementos da ficção com relatos memorialísticos e fontes documentadas, principalmente quando se percebe a carência de estudos direcionados a esse tipo de abordagem. Cabe ressaltar, ainda, a afirmação de especialistas sobre o surgimento, nas décadas finais do século passado, de uma nova vertente do romance histórico, e alguns deles citam Jorge Amado entre os responsáveis pela recuperação da modalidade. Assim, justifica-se uma análise da obra voltada para a maneira como o autor aborda fatos e personalidades históricos, pois, apesar de ser recorrente o

aparecimento de estudos a respeito desse romance, a perspectiva em questão tem sido pouco abordada.

A constatação de que Gabriela, cravo e canela tem como componente acontecimentos que ocorreram na região e seus protagonistas pode surpreender até mesmo aqueles que já estejam familiarizados com a narrativa, pois a transformação de elementos da realidade concreta em matéria ficcional é uma faceta da escrita de Jorge Amado ainda pouco valorizada. Nunca é demais lembrar que por longo tempo a crítica brasileira, com poucas exceções, viu na sua obra defeitos na linguagem, no manuseio da matéria na construção de situações, na constituição de personagens, etc., desatenta a uma particularidade relevante: o baiano escrevia sobre realidades que conhecia profundamente, e isso aparece em todos os aspectos de seus romances, sendo exemplo o que está em análise, no qual sua capacidade para urdir entrechos e criar personagens consistentes fica evidente, como é o caso de Malvina e Gabriela.

Personagens e episódios da obra, desse modo, podem tomar outra configuração por suas relações diretas com acontecimentos do passado, tais como as disputas políticas, os crimes por encomenda, o processo de desenvolvimento de Ilhéus e região, tanto quanto fatos do âmbito privado, como a opressão à mulher, a hipocrisia em relação à in-

fidelidade, o casamento por interesses políticos e econômicos, as maledicências, as intrigas políticas, enfim, as mazelas de uma cidade do interior e de sua elite dirigente com condutas e padrões morais conservadores. Dessa forma, os indícios da existência de vínculos entre fatos e personalidades do mundo concreto com a representação ficcional indicam que a literatura contribui para aquisição do saber histórico e que a história é um componente substancial para o fascínio que a arte escrita provoca, uma vez que cumpre "face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, 'quase' na trilha da concepção beletrista de ser um sorriso da sociedade" (PESAVENTO, 2006, não paginado, grifo do autor).

# História e literatura: o diálogo entre relatos históricos e o contexto literário

A literatura revela uma percepção de mundo daquele que cria a obra, o que se manifesta por vestígios presentes nela e que permitem associações com a realidade que o escritor viveu. Embora o conhecimento a respeito das vivências do autor ou da identificação da presença delas seja dispensável para a compreensão e a valorização de uma produção artística, é inegável que ter essas informações abre outras perspectivas para a sua recepção,

podendo interferir nas sensações que desperta. Nesse particular, estabelece-se uma relação profunda entre a história e a literatura, uma vez que, quando transpostos para o campo ficcional, os eventos da realidade objetiva podem adquirir novos significados e, consequentemente, suscitar reflexões, estimular debates, confrontações, modificação de posicionamento, etc. Isso ocorre porque a literatura cria um mundo que reflete o palpável, propiciando espaços para a atuação do leitor, estimulando-o para que perceba os fenômenos de uma forma diferente, porque o leva a colocar frente a frente o terreno das possiblidades com ocorrências devidamente comprovadas.

É importante ressaltar que nenhuma produção artística está destituída de vinculações a um contexto socio-histórico, ainda que as evidências sejam de difícil identificação, porém, o reconhecimento de tal fator modifica o modo pelo qual o leitor a compreende e interpreta, posto que a perspectiva inicial é ampliada pela reflexão sobre a realidade histórica aludida pelo objeto estético. Para Roger Chartier (2000, p. 206), "[...] a representação do mundo se fez mais real que o próprio mundo".

A literatura, porém, não perde sua singularidade em vista de todo o valor historiográfico inerente à determinada obra, conforme destaca Chiappini (2000, p. 21):

É preciso levar em conta que a própria história do conceito nos impede de ignorar a dimensão intrínseca do fenômeno literário, sua especificidade, sem deixar de lado tampouco as convenções e as determinações histórico-sociais que delimitam o valor estético, sendo este, [...] a um só tempo histórico e objetivo.

Assim, o diálogo entre literatura e história não afeta o valor estético da obra, mas o compõe, em um processo que ressalta a dimensão dos fatos históricos ali contidos, envoltos pelo lúdico e delineados pelo fenômeno literário. Para o leitor, a identificação da aproximação entre literatura e história torna a narrativa ainda mais interessante. pois, por intermédio desse processo, lhe é permitido ativar o imaginário, experimentar sentimentos e sensações, assim como conhecer costumes sociais de tempos passados de maneira peculiar. em decorrência das reações que o objeto estético possibilita. Pesavento (2006, não paginado) esclarece o processo vivenciado pelo leitor quanto a reviver a época aludida por uma narrativa:

Na reconfiguração de um tempo nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa-, face à impossibilidade de repetir a experiência do vivido, [...] elaboram-se versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teria se passado um dia.

Dessa forma, a realidade é projetada pela percepção causada a partir da leitura, permitindo vivenciar a história de forma singular no tempo e no espaco. A ideia de espaço remete ao físico, algo que pode ser exemplificado quando analisamos o romance Gabriela, cravo e canela, pois a leitura permite refletir sobre as modificações e intervenções que existiram, resultando em associações e relações com aquilo que é conhecido pelos atuais moradores de Ilhéus. É o caso das referências ao porto por Jorge Amado, empreendimento de grande importância para Ilhéus e região, cuja insuficiência para atender as demandas acirrou efetivamente os ânimos políticos, como revelam os jornais da época. O episódio exemplifica as aproximações apontadas por Sandra Pesavento (2006, não paginado), para quem

[...] Literatura e história são narrativas que têm o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem à vida e que a explicam.

Assim, em Gabriela, cravo e canela, observa-se a literatura como uma forma de conhecimento sobre a sociedade das décadas de 1900 a 1920, especificamente sobre a região sul baiana, porém, a partir dela, abre-se um caminho para conjecturas sobre agrupamentos de outros universos na mesma época. A obra reúne elementos que combinam a imaginação e a realidade vivenciada ou conhecida por Jorge Amado, que a modificou para deslocá-la do mundo concreto para o ficcional. É a literatura representada pelo

imaginário, permitindo a reflexão sobre eventos históricos a partir da perspectiva apresentada pelos acontecimentos reais.

Nesse sentido, Pesavento (2006) menciona definições sobre o caráter da história e de suas relações com a literatura, nas quais a historiografia figura como narrativa portadora de fatos verídicos. Em contrapartida, a literatura não está comprometida com a comprovação da existência dos elementos que a compõem. Todavia, Jorge Amado apresentou acontecimentos da época em que a trama de Gabriela, cravo e canela está ambientada, retratando características de um microcosmo que expressava a mentalidade da oligarquia rural, portanto o segmento que vinha controlando o poder político desde os tempos da monarquia. Os embates, as forças políticas, as relações sociais, a estrutura familiar e todas as situações que envolvem as personagens revelam uma visão de mundo e uma estrutura social que encontra correspondência no mundo concreto, conforme noticiam jornais que circulavam na época. A semelhança é perceptível quando comparados episódios do romance, como a chegada de Mundinho Falção para chefiar a construção do porto, à notícia da edição de 22 de março de 1924 do Correio de Ilhéus, anunciando a escolha do engenheiro responsável pela obra. Outras incidências apresentadas pelo romance, como capangagem, crimes de mando,

denúncias sobre a impunidade, privilégios aos endinheirados com influência política, o autoritarismo e o poder dos coronéis, são assuntos estampados nas páginas dos periódicos mencionados.

Cabe ressaltar que o fato de tomar figuras e acontecimentos históricos como sustentação para o enredo do romance não minimiza a importância do reconhecido talento do autor. Jorge Amado manipula o imaginário baseado em um contexto de historicidade comprovada, porém, faz isso de maneira que desperta o interesse do leitor, adotando procedimentos mencionados por Sandra Pesavento (2006, não paginado):

Sim, por certo, longe de negar a genialidade dos autores, ressaltamos a existência imprescindível dos narradores de uma trama, que mediatizam o mundo do texto e o do leitor. E não esqueçamos, [...] que os fatos narrados na trama literária, existiram de fato para a voz narrativa.

Desse modo, Gabriela, cravo e canela retrata o efeito multiplicador de possibilidades de leitura de uma obra. Ao mesmo tempo, expõe a representação da realidade, revelada através do universo literário de forma singular, ampliando as possibilidades de compreensão que oferece e, também, abrindo perspectivas praticamente inexploradas para análises do rico legado deixado por Jorge Amado, uma vez que se trata de viés pelo qual raramente seus romances são estudados.

# A sociedade e a cultura da região cacaueira retratadas no romance *Gabriela, cravo e canela*

Progresso era a palavra que mais se ouvia em Ilhéus e em Itabuna naquele tempo. Estava em todas as bocas. Jorge Amado

A trama de Gabriela, cravo e canela sustenta-se por uma composição de elementos diversificados que combinam personagens marcantes, episódios pitorescos, tensões, paixões e particularidades culturais de uma população que, em sua formação, reuniu componentes multifacetados. A fertilidade das terras para o cultivo do cacau atraiu retirantes sergipanos, negociantes e profissionais oriundos de diversas localidades, formando grupos antagônicos e que se opõem com estrangeiros, proporcionando um contraste ainda maior. A obra também coloca em confronto outras dicotomias. como urbano x rural, cidade grande x cidade pequena, moderno x ultrapassado, conservadorismo x progressismo, por exemplo. Além disso, existem as demandas em consequência do enriquecimento de algumas pessoas, a subjugação pelo coronelismo e os sentimentos despertados pela beleza e sensualidade de mulheres jovens que rejeitam os padrões impostos pela moral vigente na cidade e querem ter controle da sua sexualidade.

Em suma, Jorge Amado constrói a narrativa intercalando a historiografia local, com assuntos que surgiam na época em que o romance veio a público, como é o caso do debate a respeito da emancipação feminina, e, nesse sentido, a obra assume feições vanguardistas ao colocar como eixo da trama um questionamento que se manifestaria com força anos mais tarde.

Amado utilizou a dualidade realidade x ficção, selecionando dados e fatos. traçando perfis, entrecruzando ideias, enredos, acontecimentos de diferentes proporções, provocando questionamento e estimulando a busca de soluções. Esse processo reflete a forma como o autor reconstruiu sua percepção sobre a sociedade em que nasceu e cresceu, utilizando-a como referencial não apenas geográfico, ao situar o romance em Ilhéus, mas também se apropriando dos seus traços culturais e sociais, retratando a rotina e os costumes de uma comunidade interiorana, promovendo a representação dos elementos históricos sob a diegese literária:

O que está em jogo no discurso da literatura [...] não é somente a historicização das categorias que consideramos espontaneamente como universais, mas também a introdução de uma inquietação essencial no que se refere à relação do leitor com o texto e, finalmente, à própria identidade deste leitor (CHARTIER, 2000, p. 207).

O escritor baiano imprime características passíveis de identificação por parte daquele que lê, devido ao diálogo entre

o concreto e o fictício a partir do enredo apresentado em Gabriela, cravo e canela. Observar as manifestações de tais caracteres na obra e confrontá-los com registros históricos não esgota ou diminui a força poética do autor, ao contrário, evidencia profundo conhecimento da matéria com a qual trabalha ao abordar certos aspectos de uma região que, por sua importância econômica, mantinha vinculações profundas com outras, no que se refere à imposição do modelo de administração em vigor no país por longo tempo. Jorge Amado disseca os mecanismos de funcionamento dessa estrutura socioeconômica quando faz referência a hábitos e costumes da época, pormenores como fraudes eleitorais, ações de jagunços, violência como instrumento político, crimes passionais, cerceamento à liberdade de expressão e outras transgressões às leis praticadas com a certeza da impunidade. Pela maneira como trata esses assuntos, extraindo deles ambições, conflitos, paixões, angústias, enfim, prospectando a interioridade das personagens e possibilitando reflexões a respeito de tormentos permanentes da humanidade e, em consequência, confrontações com a tradição literária, Jorge Amado revela as habilidades dos grandes escritores, cabendo salientar sua capacidade para se comunicar com amplas categorias de leitores.

Perante tais afirmações, resta reiterar que o autor criou um mundo ao alcance

do leitor do final da década de 1950 e das décadas posteriores a partir de um microcosmo que pode ser visto como reverberação do processo político e econômico que ocorreu no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Considerando a transposição da trama de *Gabriela*, *cravo e canela* para o cinema e para a televisão, as relações entre a história e a ficção assumem outras dimensões, sem que um âmbito anule o outro ou que se coloque em xeque a veracidade de fatos ou a verossimilhança da representação. Nesse sentido, mantém-se a validade das palavras de Sandra Pesavento (2006, não paginado):

[...] são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo.

Por essa perspectiva, a realidade imaginária da narrativa trata de aspectos sociais e culturais da região cacaueira fazendo com que a obra se eleve à condição de espaço privilegiado de acesso à rotina e aos costumes daquela comunidade, aguçando ilações alusivas à época.

# O entrecruzamento da história e ficção literária no romance *Gabriela*, cravo e canela

A partir da configuração decorrente de elementos macrorregionais, tem-se a criação de um vasto acervo de informações sobre a realidade social e política do sul da Bahia. Essas incidências não apenas se fazem presentes na obra, mas são parte fundamental para a construção da narrativa, devido à contingência de o enredo desenvolver-se pela abordagem dos conflitos locais e alguns personagens apresentarem traços semelhantes a personalidades que viveram em Ilhéus entre as décadas de 1900 e 1930. Segundo Correia (2013, p. 12):

A literatura amadiana contribui para a interpretação e formação do imaginário histórico da população regional e brasileira. Dada a proeminência de sua obra e trajetória do autor, a história e a ficção dialogam e constroem os mitos e as representações mnemônicas e históricas da região cacaueira. Nesse sentido, os personagens e as cenas descritas no romance são recorrentes em muitos aspectos na historiografia regional, seja pelo poder político dos coronéis exercido nas cidades do sul baiano, seja pela violência e exploração dos trabalhadores rurais, ou ainda, as discussões e embates em torno do ideal de progresso associado aos intendentes e mandatários do cacau na cidade de Ilhéus.

Examinando os jornais *Correio de Ilhéus* e *Gazeta de Ilhéus*, principais periódicos diários em circulação no início do século XX na cidade, foram encontradas diversas notícias cujo teor se assemelha a situações representadas em *Gabriela*, *cravo e canela*.

No que se refere à dualidade da historicidade local e a construção fictícia na obra, não se observa apenas a presença dessa conexão como o único fator relevante, assim se faz necessário destacar

a possibilidade de explicar ocorrências históricas sob a perspectiva literária dentro de uma determinada temporalidade. Sob essa perspectiva, Pesavento (2006, não paginado) afirma que a literatura é "fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo", reconfigurando informações de caráter histórico, explanados em verossimilhança. Sendo assim, compreende-se o destaque que o autor dá a Ilhéus, pois, na época em que a trama se desenvolve, a cidade era o grande centro da região, portanto um local de convergência resultante da riqueza proporcionada pela ascensão da lavoura cacaueira.

O autor inicia a narrativa descrevendo a prosperidade local, resultante da circulação de dinheiro na economia municipal devido ao êxito da produção e ao benefício que trazia a determinados segmentos populacionais:

Os filhos dos coronéis indo cursar os colégios mais caros das grandes cidades, novas residências para as famílias nas novas ruas recém-abertas, móveis de luxo mandados vir do Rio, pianos de cauda para compor as salas, as lojas sortidas, multiplicando-se, o comércio crescendo, bebida correndo nos cabarés, mulheres desembarcando dos navios, o jogo campeando nos bares e nos hotéis, o progresso enfim, a tão falada civilização (AMADO, 1992, p. 7).

A história revela que a lavoura cacaueira atingiu o auge da sua produção entre os anos 1900 e 1930, o que originou muita riqueza e determinou que os

administradores investissem na estrutura do município, objetivando atender necessidades relativas ao escoamento da safra, cujo destino principal era o mercado externo. Fatos decorrentes da prosperidade e do progresso resultantes dessa produção recebiam destaque por parte dos jornais locais, conforme atesta consulta ao Correio de Ilhéus de 3 de janeiro de 1924, que noticiava o almoco comemorativo promovido pelo coronel Eustáquio Bastos em agradecimento aos funcionários e munícipes pela colaboração em favor do crescimento da cidade. A prática de promover celebrações está presente no romance em diversos trechos, sendo um deles o episódio em que o narrador descreve a primeira viagem de ônibus na inauguração da estrada Itabuna-Ilhéus:

A viagem durou duas horas – a estrada ainda estava muito difícil – mas correu sem incidente de maior monta. Em Itabuna, à chegada, houve foguetório e almoço comemorativo (AMADO, 1992, p. 12).

Outro exemplo é a passagem que faz referência ao almoço comemorativo pela inauguração do novo restaurante do personagem Nacib:

Finalmente tudo ficou pronto, e a inauguração foi anunciada para um domingo. Um grande almoço seria oferecido pelos proprietários do restaurante, do comércio às personalidades locais. Nacib convidou todos os notáveis de Ilhéus, todos os bons fregueses do bar (AMADO, 1992, p. 345).

O espaço concedido pelos jornais para esse tipo de evento é representado por Jorge Amado (1992, p. 12), como se observa no seguinte trecho:

[...] progresso era a palavra que mais se ouvia em Ilhéus [...]. Os ilheenses repetiam-no a propósito das novas ruas, das praças ajardinadas, [...] das oficinas do *Diário de Ilhéus*.

Ainda que acontecimentos dessa natureza fossem importantes na época em que a trama está ambientada, a preocupação do autor está mais voltada para a demonstração de que as decisões políticas eram tomadas por pequenos grupos do que com um fato do cotidiano. Heine (2004) afirma que, entre 1900 e 1908, havia dois grupos políticos em Ilhéus: os republicanos, chefiados pelo coronel Domingos Adami de Sá - composto em maioria por coronéis e autoridades que o apoiavam -, e os federalistas, representados pelo coronel Antônio Pessoa. Adami e Pessoa disputaram as eleições para intendente municipal em 1904, enquanto confronto semelhante, envolvendo dois núcleos partidaristas, aparece na narrativa de Jorge Amado. No romance, uma das facções é chefiada pelo coronel Ramiro Bastos, tendo entre seus correligionários os coronéis Amâncio Leal, Melk Tavares, Manuel das Onças, Coriolano Ribeiro, dentre outros. A oposição tem o comando de Mundinho Falcão, seus membros vêm do segmento intermediário da população e estão ligados a outras atividades, como é o caso do professor Josué.

Como já mencionado, Mundinho é engenheiro e está entre aqueles que defendem a modernização da região, por isso, apesar de ser um forasteiro, agrega em torno de si os indivíduos que defendiam o progresso e desejavam que a cidade fosse libertada das arbitrariedades impostas pelo coronelismo. Os antagonismos políticos se refletiam na imprensa, uma vez que os jornais estavam vinculados aos grupos que disputavam o controle do poder; assim, as adjetivações aos líderes de cada partido variavam de acordo com as afinidades do periódico ao qual a agremiação se filiava. Em outras palavras, a reputação atribuída a alguém dependia de sua afinidade ideológica com o jornal, de tal modo que os aliados tinham o nome enaltecido, enquanto os adversários eram desonrados. Amado (1992, p. 60) faz alusões a tais circunstâncias:

[...] essa coisa de jornal diário era um perigo. Bastava não satisfazer um dia um pedido [...] para ter o jornal fazendo oposição, [...] esmiuçando, arrastando reputações na lama.

De fato, a representação feita pelo romancista pode ser associada ao registro encontrado por meio de notícia publicada pelo jornal *Gazeta de Ilhéus*, em 17 de setembro de 1903, sob o título *Impunidade*:

O indivíduo que mata e tem algum protetor filiado ao grupo governista do Sr. Adami, não é punido, anda e passeia livremente [...]. A fazenda Provisão, onde reside o senhor Adami, pseudo presidente do conselho e chefe governista, é um foco de criminosos ao que não é alheio o sr. capitão Galdino, que muitas vezes, perante pessoas conceituadas, tratou o Sr. Domingos Adami por chefe de clavinoteiros, protector de assassinos.

Duas décadas depois, em ano eleitoral, o mesmo jornal publicou, em 3 de janeiro de 1924, reportagem exaltando as obras do intendente coronel Eustáquio Bastos, cuja administração foi considerada de honestidade e trabalho:

Da honrada e trabalhosa gestão que se passou [...] não há quem não olhe com sincero reconhecimento e critério imparcial para todos os inumeráveis e grandiosos serviços prestados a esta terra pelo esforço patriótico e altaneiro do coronel Eustáquio de Souza Bastos. Ali estão as nossas praças, que eram antes capinzais [...], o Paço Municipal há bem pouco tempo ameaçando ruir [...].

Recorrente, a prática de anunciar as obras realizadas sob o argumento de que se tratava de empreendimentos em favor do progresso, na verdade, possuía caráter político e vislumbrava fortalecer nomes para a eleição de intendentes. As disputas envolviam os coronéis ou seus apadrinhados e se davam em meio à exaltação de ânimos, devido aos interesses pessoais em jogo, o que tornava as rivalidades ainda mais acirradas.

Dentre os anúncios das obras mais célebres, a construção de um novo porto mereceu o maior volume de notícias, o que se explica pela importância econômica para Ilhéus, pois favorecia a expansão do plantio e da exportação do cacau. A região contava com uma produção anual superior a 700.000 sacas de amêndoas secas da fruta, volume para o qual o porto existente tornou-se limitado devido à quantidade de navios que ali atracavam. Cargueiros encalhavam constantemente, porque o local onde se situava o antigo atracadouro não possuía profundidade suficiente para embarcações de grande porte, o que resultava em atraso no carregamento da produção e prejuízos financeiros para produtores. Por causa disso, o volume maior do escoamento da safra para o exterior era realizado em Salvador, gerando taxas e tributos que encareciam a mercadoria e, ao mesmo tempo, prejudicavam a arrecadação municipal. A ampliação do porto transformou-se em necessidade urgente para os proprietários de terras e para o poder público, significando maior autonomia à municipalidade e crescimento econômico do sul da Bahia. Amado (1992, p. 15) expõe o problema do encalhe de navios e a correspondente evasão de receitas, como se observa no seguinte diálogo:

A conversa foi interrompida por apitos repetidos, breves e aflitos do navio. [...]

- Encalhou!
- Porcaria de barra!
- Continuando assim nem navio da Bahiana vai poder entrar no porto.

- Quanto mais da Costeira e do Lloyd.
- A Costeira já ameaçou suspender a linha. Barra difícil e perigosa, aquela de Ilhéus [...]. Era freqüente o encalhe de navios, por vezes demoravam um dia para libertar-se [...].
- Isso é revoltante [...] Ilhéus produz uma grande parte do cacau que se consome no mundo, tem um porto de primeira, e, no entanto, a renda da exportação do cacau fica é na cidade da Bahia. Tudo por causa dessa maldita barra... [...] e a necessidade de torná-la praticável para os grandes navios, discutia-se todos os dias e em todas as partes. [...]. Sem que solução fosse dada, ficando as autoridades em promessas e as docas da Bahia recolhendo as taxas de exportação.

Diversas informações sobre as dificuldades do limitado porto da barra estão registradas em estudos históricos, os quais se assemelham ao relato sobre o encalhe de um grande navio em Ilhéus, na década de 1920, e o prejuízo financeiro decorrente do fato, citado por Campos (2006, p. 617):

Quando saía com grande carregamento de cacau [...] encalhou no banco de areia denominado Coroa do Capão, defronte do outeiro de São Sebastião, o vapor sueco Mirabella, que só pôde se safar vinte e cinco dias depois, sendo forçado, para tanto, a alijar ao mar quase 5.000 sacos de mercadoria [...].

Em 26 de janeiro de 1924, o *Correio* de Ilhéus destacava, na primeira página, "empréstimo (d)a importância de dois mil e quinhentos contos de reis" para despesas com os serviços de ampliação do

porto. Praticamente dois meses depois, em 22 de março, o Correio noticiava a escolha do responsável pelas obras, o engenheiro Joaquim Wanderley de Araújo Pinho. Em 17 de abril do mesmo ano, o jornal ressaltava que o inspetor federal de portos havia vistoriado a obra e determinado o início da dragagem, estabelecendo que a previsão de término dos trabalhos fosse no prazo de um ano. A construção do referido porto é mencionada no romance, sendo um fato que se transforma em luta política entre os partidos de Mundinho Falção e de Ramiro Bastos, representando o confronto entre as perspectivas de mundo progressista e conservadora, respectivamente.

Amado faz referências aos problemas que dificultavam a implementação do projeto de construção do porto e, ao mesmo tempo, a movimentação dos personagens em função da perspectiva do trabalho de dragagem. Alcançando notoriedade pela visão futurista e pelos investimentos de caráter progressista, o exportador de cacau Mundinho Falção chama a atenção dos oposicionistas, que passam a vê-lo como candidato à intendência municipal, o que ameaça a estabilidade política do grupo majoritário da oligarquia que mantinha o controle na administração municipal pela força e pela fraude nas eleições. Existem ainda outras alusões a fatos registrados pela história, como recursos empregados por grupos políticos a fim de assegurar

seus privilégios, o que está associado à concentração do poder nas mãos de poucos, em geral, homens ricos, brancos, proprietários de terra. Aqueles da região produtora de cacau ficaram conhecidos como coronéis e tinham a seu serviço os jagunços, indivíduos subservientes dispostos a tudo para demonstrar fidelidade a eles. Em troca, recebiam proteção pelos crimes praticados a mando do patrão, pequenas vantagens e compensações financeiras, as quais não eram menos aviltantes que o pagamento aos trabalhadores das roças, ainda que os valores fossem superiores. A ficcionalização de acontecimentos como esses permite relações com os que acorriam em âmbito nacional naquele momento, os quais aglutinavam as forças políticas também em dois polos, um ligado às oligarquias regionais agrárias, querendo manter a situação vigente, e o outro, expressando as disposições de elites urbanas que a modificaram, a partir de sua vitória com o golpe de 1930.

O período de eleição era cercado de tensões, sendo um dos momentos em que os jagunços mais atuavam, intimidando candidatos e eleitores, participando de ataques aos locais de votação, enfim, fazendo o que estavam acostumados, ou seja, escudar os desmandos de seus protetores. Atos violentos e fraudes nas eleições foram noticiados na edição de 3 de janeiro de 1924 pelo *Correio de Ilhéus*, em referência ao processo de votação no

interior do município. Fatos análogos são mencionados em diversas passagens de *Gabriela, cravo e canela*, como exemplifica o trecho a seguir:

Jerônimo d'Ávila, [...] derrotado numas eleições, fraudadas por ele em Ilhéus, fraudadas pelos adversários no resto da Província [...], varrera estradas, saqueara povoados, [...] ameaçando depor o governo (AMADO, 1992, p. 19).

A truculência e as demonstrações de força eram recorrentes na época, tanto que a própria posse das terras de cultivo do cacau se realizou às custas de sangue derramado e vidas ceifadas. Segundo Correia (2013, p. 34), a propriedade de grandes extensões foi "gradativamente reconhecida pelo Estado, que na concessão das escrituras se beneficia economicamente com os novos ricos". Em outras palavras, o romance leva a reflexões sobre o processo de ocupação de terras no Brasil e o aparato jurídico e legal criado e preservado com falhas e distorções para beneficiar os responsáveis por sua concepção.

Dentre outras passagens em que aparece claramente a prática de legitimação da apropriação irregular de terras, destaca-se aquela em que o personagem João Fulgêncio ironiza a patente de coronel dada aos fazendeiros, dizendo que, na verdade, eles eram apenas "coronéis de jagunços, pois muitos se haviam envolvido nas lutas pela conquista da terra" (AMADO, 1992, p. 22). Embora houvesse decorrido muitos anos desde o

início do processo de ocupação das terras sob as vistas grossas do poder público para os métodos coercitivos empregados, o coronelismo, característica da Primeira República, continuava impondo sua força política, tanto que os registros revelam que as autoridades policiais ignoravam as práticas violentas, pois eram submissos aos mandantes.

A Gazeta de Ilhéus, de 5 de novembro de 1903, traz uma notícia apresentando críticas às desordens provocadas na cidade e à inércia por parte da polícia. De acordo com o periódico, a negligência da corporação para com seus deveres acontecia devido à aliança política entre seu comando, exercido pelo capitão Galdino Fonseca, e o chefe do grupo político dominante, coronel Domingos Adami. Considerando-se o que foi mencionado a respeito do envolvimento dos jornais com as disputas políticas, certos aspectos da informação tornam-se questionáveis, porém, nada indica que o fato não tenha ocorrido, como se observa a seguir:

Está a cidade cheia de capangas armados, que andam abaixo e acima, passando pelas barbas do sr. capitão Galdino Fonseca, comissário de polícia. [...] O mais interessado no pleito, em favor do grupo Adami, é o próprio comissário de polícia, que assim não pode garantir a ordem, nem ter a força moral precisa para colocar-se no lugar que lhe indicam a lei e a moralidade [...].

Utilizando semelhante teor, Campos (2006) destaca um fato que causou pânico na população: uma chacina ocor-

rida no distrito de Olivença, atribuída a jagunços que prestavam serviço ao grupo de Adami. Entre as brutalidades, aconteceu o espancamento do engenheiro Miguel Ribeiro, inimigo do chefe do governo local, que contava com o apoio do governo estadual para tais atrocidades, pois município e estado eram administrados por aliados políticos.

A passividade da autoridade local também está representada no romance, quando Amado (1992, p. 299) refere-se ao chefe de polícia da seguinte maneira: "não que o delegado prestasse, um molenga, um moleirão, borrando-se de medo dos jagunços". A página inicial do Gazeta de Ilhéus, de 1º de novembro de 1903, traz em destaque críticas severas a desentendimentos que resultaram na morte de um indivíduo, segundo afirma a notícia, por ordem de partidário do grupo político de Domingos Adami. Dando a entender que o autor do crime era conhecido, o jornal acusa o comissário de polícia, Galdino Fonseca, de descumprimento de suas obrigações, por não investigar as causas do assassinato, uma vez que o criminoso era próximo dos políticos situacionistas. Tais desmandos figuram semelhantemente na narrativa de Jorge Amado, o que se percebe nos diversos trechos em que o autor aborda a existência de jagunços que exercem suas atividades a mando de um coronel. Observa-se que o escritor utiliza tom crítico quando questiona: "como pensar em míseros detalhes

legais, como o lugar e a data exata do nascimento de uma criança, quando se vivia perigosamente em meio aos tiroteios, aos bandos de jagunços armados, às tocaias mortais?" (AMADO, 1992, p. 34). O autor prossegue, afirmando que o progresso surgiu em meio a "tiros e tocaias, [...] com mortes e crimes, com jagunços e aventureiros, com prostitutas e jogadores, com sangue e coragem" (1992, p. 35).

A narrativa ficcionaliza a notícia citada, ao descrever um relato cotidiano:

Passavam ainda muitos homens calçados de botas, exibindo revólveres, estouravam ainda facilmente arruaças nas ruas de canto, jagunços conhecidos arrotavam valentias nos botequins baratos, de quando em vez um assassinato era cometido em plena rua (AMADO, 1992, p. 13).

Era costumeiro que os coronéis e seus jagunços praticassem justiça com as próprias mãos e permanecessem impunes, em sinal claro de que Ilhéus foi lugar no qual as leis não valiam para todos, onde aqueles que desfrutavam de prestígio político e social e dispunham de recursos financeiros praticavam ilegalidades seguros de que não responderiam por elas. O perfil dos coronéis representado pela ficção assemelha-se à notícia da Gazeta de Ilhéus publicada em 26 de novembro de 1903, que se refere ao depoimento público de um cidadão que: "declarou considerar o senhor Adami um perverso, capaz de mandar matar a seu próximo por política".

No romance, o autor apresenta o diálogo decisivo entre os personagens Mundinho Falcão e seu rival, coronel Amâncio, compadre de Ramiro Bastos, que confessa dois dos seus crimes, dentre eles uma tentativa de assassinato por razões políticas. No episódio, ele faz referência à encomenda da morte de Aristóteles, intendente de Itabuna, por aliar-se ao seu opositor nas eleições municipais vindouras:

– Seu Mundinho, todo esse tempo combati o senhor. Fui eu quem mandou tocar fogo nos jornais – sua voz macia, seu único olho e as palavras claramente pronunciadas como se resultassem de longa reflexão. – Fui eu também quem mandou atirar em Aristóteles (AMADO, 1992, p. 338).

Existem diversos outros registros que sugerem vínculo entre a história de Ilhéus nas primeiras décadas de 1900 e o romance Gabriela, cravo e canela. Nesse aspecto, a aproximação da realidade registrada em periódicos e estudos históricos com a ficção de Jorge Amado pode ser notada inclusive nos perfis políticos e nomes fictícios. O coronel Domingos Adami, intendente de Ilhéus entre 1904 e 1907, pode ser reconhecido na figura de Ramiro Bastos, personagem que apresenta diversas características semelhantes às atribuídas pelos jornais ao coronel Adami: ambos são ex-intendentes, gerem o município sob a forte autoridade do coronelismo e são próximos ao governador do estado. Entretanto, o nome e o sobrenome da personagem remetem

aos coronéis Ramiro Castro e Eustáquio Bastos, figuras de grande influência na sociedade ilheense entre os anos 1900 e 1924. Jorge Amado teve procedimento igual em relação a outros indivíduos que se destacaram na vida política da cidade, quando associa a personagem Melk Tavares ao coronel Misael Tavares, intendente entre os anos 1916 e 1919.

Com a ascensão da lavoura cacaueira, os coronéis perceberam que a necessidade de progresso e expansão não se limitava apenas a Ilhéus. Segundo Silveira (2002, p. 172), a "primeira estrada de rodagem da região foi a Ilhéus-Itabuna", iniciada em 1921. A obra sofreu "interrupções por vários meses, muitas vezes perdendo serviços de aterro já feitos porque não resistiam aos pesados aguaceiros comuns na região" (2002, p. 175). O autor cita ainda a criação da primeira empresa de ônibus da região, a "Companhia Viação Sul Baiano [...] tendo a principal finalidade de interligar cidade, vilas e povoados da região através de um pioneiro serviço de transporte de passageiros" (2002, p. 178). Amado (1992, p. 11) refere-se aos fatos, como se observa na passagem a seguir:

Estrada de rodagem, recentemente inaugurada, ligando Ilhéus a Itabuna, onde trafegavam caminhões e marinetes, ficara, em certo momento, quase intransitável, pontilhões arrastados pelas águas, trechos com tanta lama que ante eles os choferes recuavam. [...]. Antes da chega das chuvas organizaram uma empresa de transportes para explorar a ligação rodoviária entre as duas principais cidades do cacau [...].

Ao mencionar esse e outros tantos acontecimentos, Jorge Amado estabelece aproximações inegáveis entre história e literatura, transformando fatos objetivos em elementos fundamentais para a composição do romance, posto que se tornam constitutivos da diegese. Nesse sentido, a confrontação da ficção com fontes documentadas evidencia-se como instrumento valioso para elucidação de ocorrências em ambos os campos. No âmbito literário, a compreensão dos acontecimentos históricos amplia o caráter polissêmico da obra, permitindo sua análise por múltiplas perspectivas e abrindo espaço para a busca de auxílio em áreas do conhecimento contíguas à área das artes. Essa combinação favorece o trabalho do estudioso, porque ele passa a dispor de referenciais teóricos diversificados, o que facilita e enriquece a compreensão dos fenômenos que pretende explicar.

## O rastro na pesquisa histórica

Segundo Ginzburg (2007, p. 250), para interpretar o texto literário, faz-se necessário decifrar as referências ambientais – lugares, vegetação, condições meteorológicas – que ele contém. Tal afirmação pressupõe que o entrecruzamento da literatura com fontes documentais exige a identificação de rastros, uma vez que se torna necessário identificar

os pontos que estabelecem o diálogo entre os dois campos e compreender as nuances com as quais se apresentam. Configurando-se como marco inicial para a pesquisa histórica, o rastro é classificado por Ricoeur (1997, p. 196) como requisito para a prática historiadora, norteado pela definição de arquivos e documentos, esse último figurando como testemunho do evento histórico, por aportar o registro. A definição de arquivo, segundo Ricoeur (1997, p. 196), amplia a compreensão do termo em relação ao fato histórico objeto do rastreamento: "Os arquivos são constituídos pelo conjunto dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou moral" e "os arquivos são um conjunto, um corpo organizado de documentos, de registros". Os registros testemunham a ocorrência dos fatos, o que valida a existência de uma história, ou testifica sua autenticidade.

Sobre essa veracidade, torna-se indispensável identificar o caráter institucional dos arquivos, que pode ser confirmado a partir da constatação de que

[...] constituem o fundo documental de uma instituição, e o seu depósito é autorizado por uma estipulação adjunta, à que institui a entidade de que os arquivos são fundos (RICOEUR, 1997, p. 197).

A noção de rastro está implícita na descrição de depósito. No artigo "Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito", Ginzburg (2007, p. 263) cita

Furet, para destacar o valor do documento sob a perspectiva da pesquisa, quando afirma que "todo documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série. Não só isso: pode servir, se analisado adequadamente, a lançar luz sobre uma série documental mais ampla". A aceitação de tais pressupostos oferece mecanismos seguros para a análise de documentos com o intuito de identificar todos os rastros existentes, os quais são suscetíveis a similaridades de maior ou menor grau, quando traspostos para a literatura.

Diante dessa constatação, é necessário enfatizar que o documento desempenha também a função de apoio, não necessariamente de comprovação definitiva. O documento aponta para o registro, a garantia trazida a um fato, um evento, uma história:

Esse papel de garantia constitui a prova material, o que em inglês é chamado de *evidence*, da relação que é feita de uma sequência de acontecimentos. Se a história é uma narrativa verdadeira e os documentos constituem seu último meio de prova, esta alimenta a pretensão que a história tem de se basear em fatos (RICOEUR, 1997, p. 198).

No romance em análise, a composição da trama dialoga com a materialidade dos documentos examinados, que, por sua vez, testemunham que a literatura se aproximou do histórico, dos fatos objetivos e arquivados.

A noção de documento decorre de um processo que envolve uma longa trajetória epistemológica. Ricoeur (1997, p. 198) destaca que nem todo rastro deixado pelo passado é necessariamente documento passível de investigação. A partir da escolha da temática, o pesquisador deverá compor questionamentos que o direcione e, por conseguinte, realizar a filtragem dos elementos averiguados. Sob essa perspectiva, temos que:

É documento tudo que pode informar um pesquisador cuja investigação é orientada por uma escolha razoável de questões. Essa crítica de primeiro nível, casa bem com a noção de testemunho involuntário – os 'testemunhos contra a vontade' de March Bloch. Ela não põe em questão o estatuto epistemológico do documento, mas amplia o seu campo (RICOEUR, 1997, p. 198).

Assim, o documento, identificado a partir do levantamento realizado pelo pesquisador e utilizado para confrontar o fato literário, distancia-se do campo epistemológico e se configura como garantia da verossimilhança do enredo de Gabriela, cravo e canela. O documento reflete uma história, registra características de determinada época e fornece detalhamento, vestígios de um passado que, por seu intermédio, pode ser acessado, estudado, compreendido no aspecto de ampliação do conhecimento da memória coletiva. Esse processo remete ao rastro, devido à localização de um passado registrado, documentado, como explica Ricoeur (1997, p. 200, grifos do autor):

A história nunca deixou de ser uma crítica da narrativa social e, nesse sentido, uma retificação da memória comum. Todas as revoluções documentárias se inscrevem na mesma trajetória. Se, portanto, nem a revolução documentária nem a crítica ideológica do documento/monumento atingem em seu fundo a função que o documento tem de informar sobre o passado e ampliar a base da memória coletiva, a fonte da autoridade do documento, como instrumento dessa memória, é a significância ligada ao rastro. Se os arquivos podem ser ditos instituídos, e os documentos, coletados e conservados, é com o pressuposto de que o passado deixou um rastro, erigido por monumentos e documentos com testemunho do passado.

Assim, o rastro é a comprovação de que o indivíduo esteve em determinada época e local, ficando vestígios de sua presença, ou "toda marca deixada por uma coisa", e "o registro de que o rastro é deixado" (RICOEUR, 1997, p. 200, grifo do autor). O pesquisador localiza esse vestígio de acordo com o objeto da sua investigação e confronta os dados com suas projeções iniciais:

O rastro convida a segui-lo, a voltar, por meio dele, se possível, até o homem e até o animal que passaram por ali; o rastro pode ser perdido, pode ele próprio perder--se, levar a lugar nenhum, pode também apagar-se: pois o rastro é frágil e exige ser conservado intacto, senão, a passagem realmente ocorreu, mas simplesmente ficou no passado; podemos saber por outros indícios que homens e animais existiram em algum lugar; eles permanecerão para sempre desconhecidos, se nenhum rastro levar a eles. Assim, o rastro indica aqui, portanto no espaço, e agora, portanto no presente, a passagem passada dos vivos; ele orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa. Ora, tudo isso é a história. Dizer que ela é

um conhecimento por rastros é apelar, em último recurso, para a *significância* de um passado findo que, no entanto, permanece preservado em seus vestígios (RICOEUR, 1997, p. 200, grifos do autor).

Destarte, uma história, em determinado lapso de tempo a ser analisado, pode ser revelada a partir do rastro e do aprofundamento da sua investigação. Nesta pesquisa, a leitura do romance e o conhecimento de aspectos socioculturais baianos permitiram suscitar a busca pelo rastro na história. O exame de livros e fontes hemerográficas apresentou vestígios importantes na composição do catálogo de elementos que apontaram para o entrecruzamento histórico e literário, orientando a investigação.

## Considerações finais

A narrativa de Jorge Amado revela a forma como o autor aproveitou fatos, fenômenos culturais e costumes da comunidade em que nasceu e onde viveu sua juventude para compor Gabriela, cravo e canela, uma de suas obras mais populares. Personagens e situações criadas pelo autor, bem como as alusões a determinados acontecimentos que remetem a eventos registrados por jornais, estudos históricos e pela crônica oral da região de Ilhéus, evidenciam que o autor se valeu de suas vivências ou de ocorrências das quais tomou conhecimento para a construção da obra. A partir de tais elementos, Amado elaborou um rico

painel daquele que talvez tenha sido o período mais marcante para a região de Ilhéus, cuja importância econômica foi significativa para a Bahia e para o Brasil, devido à aceitação do cacau no mercado internacional. Escrita com décadas de distanciamento em relação ao período em que está ambientada, a obra oferece dois planos para reflexões a partir dos fatos históricos aos quais se refere.

No primeiro, enxergam-se os acontecimentos mais próximos e que dizem respeito ao cotidiano político, econômico, intelectual e social de uma região bem especificada, cuja vida girava em torno da lavoura cacaueira, com o embate entre forças antagônicas que, de um lado, queriam dar voz ao novo e à modernização, enquanto, de outro, aglutinavam os defensores do tradicional e avessos a mudanças de comportamentos e costumes, para justificar a defesa de um projeto político que os favorecia. No segundo plano, é possível vislumbrar o Brasil daquele período, quando o republicanismo engatinhava e os vestígios das relações de poder que vigoraram durante o século XIX e as deformações da escravização podiam ser vistos em qualquer parte. Essa realidade confrontava-se com a necessidade de inscrever o país na era dos avancos tecnológicos e na ordem imposta pelo capitalismo, o que provocou divergências entre grupos ligados à agropecuária e os segmentos que expressavam os anseios

da indústria, do comércio e das demais atividades urbanas.

Os impasses políticos que se arrastaram praticamente desde o golpe da república, em 1889, atingiram um ponto em
que a conciliação se tornou impossível,
dando origem a uma crise que quebrou
a frágil institucionalidade ao conduzir,
pelas forças das armas, Getúlio Vargas
à Presidência, na chamada Revolução
de 30. O gaúcho, que exerceu o cargo
sob disfarce democrático até 1937 e ditatorialmente nos oito anos seguintes,
aglutinou ao seu redor setores que:

Tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante regional, desejavam apenas maior atendimento à sua área, maior soma pessoal de poder, com o mínimo de transformações (FAUSTO, 2015, p. 182).

Dessa forma, Gabriela, cravo e canela é também uma obra que permite reflexões sobre as transformações sociais, econômicas e políticas que foram introduzidas no Brasil com a Era Vargas, ou seja, sobre as contradições de um país que ingressava tardia e perifericamente no século XX com duas faces distintas. Uma, voltada de modo submisso para o capital estrangeiro, fazendo concessões a fim de se modernizar, enquanto a outra permanecia presa ao passado, com carências de todo tipo e em todas as áreas.

The sociocultural reality of the cacao region in the novel Gabriela, clove and cinnamon: confluences between history and literature

#### **Abstract**

This paper analysis historical events that occurred in Ilhéus and in the cocoa region of southern Bahia (Brazil), in the first decades of the 20th century, which appear in Gabriela, Clove and Cinnamon. The approach emphasizes how Jorge Amado transformed facts reported by local newspapers and registered by historians, analyzing the dialogue between Literature and History. Based on the identification of occurrences documented by press and researchers which are mentioned by the book, it aims to examine the relations of events and figures of the socioeconomic reality of the city and the region with episodes and characters created by its author.

*Keywords:* History of literature. Brazilian Literature. Literature and History. Southern-Bahia Literature.

#### Referências

AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. 94. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

CHARTIER, Roger. *Debate: Literatura e História*. Rio de Janeiro, 2000. p. 197-216. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros\_anteriores/Topoi01/01 \_debate01. pdf. Acesso em: 28 mar. 2019.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. São Paulo, 2000. p. 18-28. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/18276/20338. Acesso em: 01 mar. 2019.

CORREIA, Messias Nunes. *Lugares de papel*: os coronéis na cidade de Ilhéus e no romance Gabriela, cravo e canela. 2013. 86 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2013.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 3. ed. atual. e ampl. São Paulo: Edusp, 2015.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. *In*: GINZBURG, C. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HEINE, Maria Luíza. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus: Editus, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. *História e literatura*: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006. Não paginado.

RICOEUR, Paul. Arquivo, documento, vestígio. *In*: RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 1997.

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. *Itabuna, minha terra!* 2. ed. Itabuna: Santa Helena, 2002.

#### Notícias de jornais

A direção das obras do porto de Ilhéus. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 17 abr. 1924.

Almoço íntimo. Correio de Ilhéus, Ilhéus, 3 jan. 1924.

As obras do porto de Ilhéus. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 26 jan. 1924.

As obras do porto de Ilhéus. Correio de Ilhéus. Ilhéus, 22 mar. 1924.

Assassinato. *Gazeta de Ilhéus*. Ilhéus, 1 nov. 1903.

Capangagem. Gazeta de Ilhéus. Ilhéus, 26 nov. 1903.

Governo de trabalho e honestidade. *Gazeta de Ilhéus*. Ilhéus, 3 jan. 1924.

Impunidade. Gazeta de Ilhéus. Ilhéus, 17 set. 1903.

Jagunços. *Gazeta de Ilhéus*. Ilhéus, 5 nov. 1903.

O pleito estadual. *Correio de Ilhéus*. Ilhéus, 3 jan. 1924.